

## Filosofia medieval e filosofia atual

Resumen: Minha comunicação se divide em duas partes. Na primeira delas procurarei apresentar um panorama da situação da Filosofia Medieval no Brasil. Considerando que no país o ensino superior foi instalado de fato há menos de um século, e que a regulamentação do trabalho do magistério aconteceu há pouco mais de 40 anos, creio que se pode afirmar que houve uma grande evolução nesta área. Na segunda parte, haverei de me deter, inicialmente, na situação da Filosofia no século XXI, onde se percebe que muitos padrões do passado estão sendo postergados. Depois, tratarei do que significa fazer Filosofia Medieval em nossos dias.

Palabras clave: Filosofía medieval, filosofía contemporánea, filosofía medieval latinoamericana

Abstract: My presentation is divided in two sections: First, I will present an outlook of the situation of Medieval Philosophy in Brazil. Bearing in mind that Higher Education was installed in the country less than a century ago and that teacher training was regulated less than 40 years ago, it is safe to state that there was a great improvement in this area. In the second part, I will first focus on the situation of XXI century philosophy, where there is evidence that many registers from the past are being neglected. Later, I will discuss what does making Medieval Philosophy these days means.

Keywords: Medieval philosophy, contemporary philosophy, Latin-American medieval philosophy.

### 1. A situação da filosofia medieval no brasil

Por estar falando para uma platéia composta quase só por argentinos e hispano-americanos, permito-me iniciar apresentando um panorama da Filosofia no Brasil, conforme aliás me foi solicitado, para, depois, situar nele a Filosofia Medieval.

A universidade é uma instituição tardia no Brasil. Se olharmos para a América Espanhola, constataremos que já desde os primeiros tempos de colonização foram sendo criadas universidades. Cerca de 250 anos após o descobrimento, haviam sido instalados 10 centros de ensino superior na região.

No Brasil, o caso foi bem diferente. Estou falando sério, não é piada o que vou contar a respeito de nossa primeira universidade. Ela surgiu em 1922. Naquele ano, comemorava-se o centenário da independência e, entre os convidados para os festejos, encontrava-se o rei Alberto I, da Bélgica, um monarca que se transformou em mito, devido à luta em defesa da pátria,

quando da Primeira Guerra Mundial. Pensou-se em conferir a ele título de Doutor Honoris Causa, mas, para tanto, era necessário haver uma universidade. Então, às pressas, as diferentes faculdades existentes no Rio de Janeiro foram reunidas, constituindo a “Universidade do Brasil”. E a primeira e honrosa missão de nossa primeira universidade foi a de conferir um diploma de Doutor Honoris Causa.

Na verdade, a primeira universidade brasileira, de fato, foi a Universidade de São Paulo. A França tinha, na época, uma grande ascendência cultural sobre o Brasil (para comprovar: no início do século XX, Paul Claudel e Darius Millaud foram enviados como adidos culturais ao Rio de Janeiro). Por isso a USP surgiu dentro de um modelo francês e diversos professores franceses se encontram entre os primeiros que lecionaram em a nova universidade (Claude Levy-Strauss foi um deles).

Cabe mencionar, enfim, que nossas universidades, tal como estão funcionando hoje em dia, são fruto da reforma do ensino superior empreendida pelo governo militar, na década de 1970. Dentro do célebre e discutível acordo MEC-USAID, reformulou-se o sistema universitário: entre outras coisas, suprimiram-se as cátedras, foi criado o tempo integral, organizou-se o plano de carreira docente, foi instituída e regulamentada a pós-graduação.

No período colonial não tivemos universidades porque Portugal não as quis instituir. E tinha lá seus motivos. Portugal era uma nação pequena e relativamente pobre em seu solo, mas tinha administradores de visão. Eles sacrificaram os domínios no Oriente, entregando-os à Holanda e à Inglaterra, mas salvaram para si a mais rica e lucrativa colônia da época: o Brasil. A extensão e a riqueza da colônia poderia, porém, transformar-se em tentação emancipatória, ou sonho de independência para os habitantes dela. Contra este perigo foram tomadas as medidas cabíveis, entre as quais a de manter um baixo nível cultural, tanto não promovendo o ensino primário como impedindo a criação de universidades. O pouco de cultura que a colônia conheceu esteve asilado em colégios religiosos, principalmente nos dos jesuítas.

Quando a corte portuguesa, no início do século XIX, fugindo das tropas de Napoleão, chegou ao Brasil, pode ver de perto a situação calamitosa da colônia, sem dúvida a mais rica financeiramente e a mais pobre culturalmente de todo o mundo. Para suprir as necessidades mais agudas, foram então criados dois cursos de Direito, em Recife e em São Paulo, e duas faculdades de Medicina, no Rio e em Salvador. E assim o país se tornou independente e conheceu 67 anos de império, tempo durante o qual quase nada se fez em favor do ensino superior.

Veio depois, em 1889, a República. Os positivistas, baseados na doutrina comteana, propugnavam pela obrigação de o governo abrir escolas primárias, porque, no seu modo de ver, se tratava de um ensino sem conteúdo ideológico. Ao mesmo tempo, porém, defendiam que o poder público não devia se imiscuir no ensino superior, porque este era ideológico, devendo ser promovido por grupos particulares.

Graças a essas “sábias” medidas históricas, fomos criar nossas universidades 370 anos depois que os espanhóis fundaram as deles em continente americano. E só a partir das décadas de 70 e 80 do século passado, isto é, há 30-40 anos, é que o fluxo de formação de mestres e doutores passou a funcionar no Brasil.

O que se teve de Filosofia Medieval no Brasil durante todo esse tempo? Não foi muito. No período colonial houve a influência da Segunda Escolástica nos colégios religiosos (ao que se sabe hoje, sobraram poucos documentos desse período). No século XIX, enquanto os intelectuais abertos às modernidades, incapazes de ler Kant e Hegel, divulgavam Häckel, Spencer, Büchner, Moleschott e Huxley, faziam-se presentes nos meios católicos autores como Taparelli, Liberatore, Kleutgen Ventura e Balmes. No século XX, em 1908, foi criada no mosteiro de São Bento de São Paulo a Faculdade de Filosofia – que se transformaria mais tarde na PUC-SP. Monges alemães que para ela vieram incrementaram o estudo da Escolástica, tal como recomendado por Leão XIII. Um deles, D. Ludgero Jaspers, na década de 1930, traduziu a *Suma Contra os Gentios*, só publicada 50 anos depois. Na década de 1940, nesse ambiente católico de São Paulo, o jurista Alexandre Correa traduziu a *Suma Teológica*. Nessa mesma década, no Rio de Janeiro, foi fundada a Pontifícia Universidade Católica. Estava aberto o caminho para o estudo da Filosofia Medieval. A partir de 1950 foram criadas, país afora, as “Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras”, que, via de regra, tinham, como professores de Filosofia, sacerdotes católicos, muitos deles com estudo em Roma ou em Lovaina e que rezavam pelo credo da *Aeterni Patris*.

Por volta de 1980, havia já um grupo de professores-doutores lecionando Filosofia Medieval. Foi quando, em 1982, o Prof. José Antônio de Souza, em Brasília, teve a ideia de organizar um evento sobre o tema e dar forma ao grupo. Podemos dizer que foi nesse momento que se institucionalizou o estudo de Filosofia Medieval no Brasil. Eram 10 os presentes, dos quais um era visitante português. No terceiro congresso, em Santos, no ano de 1990, pela primeira vez tivemos a presença de colega que não era brasileiro ou português. Tratava-se do Prof. Francisco Bertelloni, depois assíduo frequentador

de nossos encontros. No quarto congresso, em 1993, progrediu a internacionalização. Além de F. Bertelloni, compareceram mais a Profa. Celina Lértora Mendoza, da Argentina, e Gregorio Piaia, da Itália. No quinto congresso, em Águas de Lindoia, no ano de 1995, eram 37 os participantes. No sexto congresso, em Bragança Paulista, no ano de 1998, conhecemos outros dois colegas argentinos, ou melhor, duas colegas argentinas: Silvia Magnavacca e Claudia D'Amico. Nesse evento levantou-se a ideia de realizar um encontro em outro país. A Profa. Celina dispôs-se a articular algo na Argentina e, de fato, em 1999, lá estávamos nós, 170 medievalistas, reunidos em San Antonio. Penso que a partir de então o evento tornou-se latino-americano, ou ao menos sul-americano, sempre com a participação de colegas europeus. Haveria congressos no Brasil, em Porto Alegre, Recife, Fortaleza e, há pouco, em Vitória. Mas houve um congresso em Santiago do Chile e outro em Buenos Aires, e agora, por proposta da Profa. Celina, teremos, em 2013, o congresso em Tucumán.

Voltando ao Brasil e para concluir esta parte, falando da situação atual da Filosofia Medieval, pode-se dizer que em 30 anos o panorama se modificou totalmente. As principais universidades possuem um professor-doutor – quando não mais do que um – lecionando a disciplina, há diversos alunos fazendo doutorado no exterior, mas principalmente no país. Há grupos de estudos inter-universitários, realizam diversos eventos todos os anos e traduzem-se e publicam muitos textos.

## 2. Filosofia medieval e filosofia contemporânea

### 2.1. *Pressupostos*

Começamos dizendo que para ser um bom medievalista há alguns pré-requisitos, tais como o conhecimento da língua latina, da língua grega, de algo sobre paleografia, etc. E aí já se iniciam os problemas. Na maior parte dos países ocidentais, as línguas latina e grega deixaram de fazer parte do currículo obrigatório dos estudos fundamentais. Com isso, o número de candidatos a doutorado em Filosofia Medieval diminuiu muito – o que significa dizer que também o número dos que disputam cátedra na área ficou reduzido. Nos meus tempos de estudante, na Alemanha, todos os colegas europeus das áreas humanas dominavam essas duas línguas.

Já quanto às línguas modernas, não houve não houve declínio, mas sim uma grande transformação, entre a metade do século XX e o início do século

XXI. Permito-me, para tanto, fazer uma comparação entre dois congressos da SIEPM, ambos acontecidos na Itália: o primeiro, em 1964, no Tirol, em Passo della Mendola; o segundo, em 2007, na Sicília, em Palermo. Do congresso no Tirol dispomos das atas, com o título “*La filosofia della natura nel Medioevo*” (Milano: Vita e Pensiero, 1966). Do congresso de Palermo valho-me do programa, onde se encontram o nome dos inscritos e o título da comunicação que se propunham a apresentar. Uma comparação entre a língua usada pelos congressistas é sintomática.

Colocados em tabela, são os seguintes os resultados:

| Congresso      |                  |                                 |                         |
|----------------|------------------|---------------------------------|-------------------------|
| Mendola - 1964 |                  | Palermo - 2007                  |                         |
| Língua         | Participantes    | Língua                          | Participantes           |
| Francês        | 30 (39,47%) (1°) | Francês                         | 54 (13,81%) (4°)        |
| Italiano       | 17 (22,38%) (2°) | Italiano                        | 95 (24,29%) (2°)        |
| Alemão         | 13 (17,10%) (3°) | Alemão                          | 19 (04,85%) (5°)        |
| Inglês         | 09 (11,84%) (4°) | Inglês                          | 166 (42,45%) (1°)       |
| Espanhol       | 07 (09,21%) (5°) | Espanhol/Português <sup>1</sup> | 48+9 = 57 (14,58%) (3°) |
| <b>TOTAL</b>   | <b>76</b>        |                                 | <b>391</b>              |

Arredondando os números: os italianos se mantiveram na mesma proporção; os franceses se reduziram a um terço; os alemães a um quarto; os espanhóis/portugueses aumentaram em 50%; e os ingleses multiplicam sua porcentagem por quatro.

Sem dúvida, o mais sintomático é o caso dos alemães. Até ontem, o alemão era uma língua sagrada para a Filosofia Medieval. Nela se expressaram grandes pesquisadores, nela foram editadas algumas das mais representativas obras da área e na Alemanha foram cuidadas algumas *Opera Omnia* de suma importância. Pois bem, o que foi possível constatar em Palermo? Que os alemães estão se convertendo ao inglês. Cito dois casos: A grande mesa do Thomas-Institut, dirigida pelo Prof. J. Aertsen, sobre temas de metafísica, não de lógica, nem de filosofia da linguagem, foi toda em inglês. Do mesmo

<sup>1</sup>Desde o congresso realizado no Porto, em 2002, a língua portuguesa passou também a ser aceita pela SIEPM, e vem aqui contada junto com a espanhola.

modo, o atual Diretor do Thomas-Institut, Prof. A. Speer, proferiu sua comunicação em inglês.

Causou-me estranheza o fato de que diversos franceses apelaram para o inglês, algo que seguramente iria contra o patriotismo do general De Gaulle.

Já o inglês vai aos poucos conquistando o mundo. São os estrangeiros que se mudaram para os Estados Unidos, a convite de universidades; são eslavos, cujas novas gerações preferem o inglês ao francês e ao alemão; são os arabistas e os lógicos; é a geração mais moça de todos os países, que cresceu no ambiente cultural anglo-americano. É um mundo todo que se expressa em inglês.

- Cícero dizia que o grego era muito mais apto para a Filosofia que o latim. Entretanto, o latim tornou-se a língua filosófica dominante por cerca de 1000 anos. O inglês se assemelha ao latim de outrora: é uma língua mais pobre que o francês e o alemão; há queixas, principalmente de colegas europeus, dizendo que as traduções para o inglês não dizem tudo o que se expressou na língua original. Entretanto...

## 2.2. O Historiador da Filosofia

A Filosofia Medieval foi “redescoberta” no século XIX. Para alguns, como Bernard Hauréau (*Histoire de la philosophie scholastique*, 3 vols. 1872-1880), ela possuía tão-somente um valor histórico, no sentido de que fazia parte da tradição cultural do Ocidente. No outro extremo situavam-se os que a tomavam como panaceia contra o que julgavam serem os males da época, e por isso a absolutizavam. Caso típico foi o de Joseph Kleutgen (*Philosophie der Vorzeit Vertheidigt*. 2 vol. 1860-1863)<sup>2</sup>. Tratava-se, pois, de leituras diferentes, que pressupunham visões diferentes do mundo e, nesse sentido, fazer História da Filosofia era, a seu modo, fazer também Filosofia.

Deu-se, porém, um peso muito maior a “História”, permanecendo “Filosofia” quase que como um adjetivo. E isso se fazia necessário. Era preciso, antes de tudo, saber quem foram os filósofos medievais, que mestres

---

<sup>2</sup> Esse autor viveu longos anos em Roma, sendo assessor do Santo Ofício, e tendo participado do Concílio Vaticano I. Se a Filosofia Medieval, para ele, continha em si toda a verdade, devia ela ser preservada de contágio. Por isso, ele e os que comungavam de suas ideias, lutaram contra toda espécie de aproximação entre ela e o pensamento de seu tempo, e disso resultou a condenação de diversos piedosos e ortodoxos clérigos católicos que tentaram dialogar com a Modernidade, cabendo citar, entre estes, o Padre Antônio Rosmini Serbati, beatificado por Bento XVI em 2007.

eles tiveram, que obras leram e o que escreveram. Para tanto, redigiram-se histórias da Filosofia Medieval, marcadas geralmente por forte cunho ideológico, perceptível a qualquer leitor. Aos poucos, porém, as arestas foram sendo aparadas, abriu-se um diálogo entre os medievalistas, percebeu-se que a seriedade científica podia estar acima das convicções ideológicas, e dentro dessa nova compreensão surgiram excelentes histórias de Filosofia. Permito-me, a respeito, contar algo que aconteceu comigo. Lá pelo final da década de 1980 fui uma vez a Roma e, como não poderia deixar de ser, como bom católico, fui à Praça de São Pedro para ver o papa. Depois, caminhando pela Via della Conciliazione, entrei em uma livraria católica e pedi pelo livro *La Filosofia Medioevale* de Cesare Vasoli (Milano, 6. ed., 1982). A freira que me atendeu, tomando um volume de referências, foi procurar a casa editora da obra e, pouco depois, voltou e disse: “Desculpe, mas aqui não vendemos obras de comunistas!” Recordo que minha resposta não foi a mais bem educada e pensei que a religiosa se havia enganado. Meus colegas italianos, porém, confirmaram-me que Vasoli era de fato um marxista e, ao que consta, manteve suas convicções até o fim da vida. Mas posso dizer que nunca percebi ressaibos de marxismo em seu livro, do qual até hoje me valho<sup>3</sup>.

### 2.3. Filósofo Medievalista

Mas a História foi, cada vez mais, exigindo que se fizesse Filosofia para melhor escrevê-la, de modo que, antes de escrever a História, se conhecesse a Filosofia. Filosofia e História da Filosofia foram, aos poucos, se tornando hegelianamente próximas. Um modelo desse trabalho, para citar apenas um, julgo ser *La philosophie médiévale* (1993), de Alain de Libera<sup>4</sup>.

Acontece, porém, que o conhecimento da Filosofia, o fazer Filosofia é bem diferente do conhecimento de outras ciências, principalmente das ciências exatas. Assim, por exemplo, os físicos que calculam o lançamento de uma nave que se dirige ao espaço, digamos a Discovery, fazem uma série de cálculos a fim de que ela, no instante  $x$  possa conectar-se à nave-mãe, que se encontrará no local  $y$ . Para tanto eles não precisam ler os teoremas de Euclides, nem as leis de Newton, que foram simplesmente incorporados ao saber de sua ciência, e nem seria de estranhar que um físico ignorasse quem foi

---

<sup>3</sup> Sobre o percurso da História da Filosofia Medieval, cf. meu texto “Estudar Filosofia Medieval”, in L.A. De Boni, *Filosofia Medieval - Textos*, 2004<sup>2</sup>, pp. 7-31.

<sup>4</sup> Alain DE LIBERA, *A Filosofia Medieval*, São Paulo, Loyola, 1998.

Euclides. O mesmo não acontece com a Filosofia. Os grandes filósofos estão sempre vivos, eles ainda levantam a voz entre nós, nós debatemos com eles. Se quisermos, por exemplo, redigir um texto de valor a respeito do tema “O Ser” teremos que compulsar, no mínimo, Aristóteles, Avicena, Tomás de Aquino, Suárez e Heidegger. Se, no túnel do tempo, o debate em uma mesaredonda tivesse como tema “A liberdade”, ou “O livre-arbítrio”, Agostinho, Duns Scotus, Kant, Hegel seriam convidados a tomar parte nela, enquanto Zenão, o estoico, Lutero, Erasmo, David Hume e Isaiah Berlin se sentiriam ofendidos por terem sido olvidados.

Fazer Filosofia, porém, ser filósofo, não é só conhecer a fundo um pensador –ou muitos pensadores– e nem é apenas ser capaz de escrever textos sobre ele. Num recente artigo, interessante e crítico, João Mac Dowell<sup>5</sup> analisando a situação da Filosofia no Brasil, constata os progressos feitos, mas observa que, no momento, se produz muito que não é propriamente Filosofia, e sim compilação e repetição. E, para tanto, cita um texto de Heidegger, onde este diz: “Começamos a filosofar quando entramos em diálogo com os filósofos. Isto implica que discutamos com eles sobre aquilo do qual eles falam [...]. Uma coisa é averiguar as opiniões dos filósofos. Outra, inteiramente diferente, é discutir com eles o que dizem, isto é, aquilo sobre que eles dizem”<sup>6</sup>. Lindo o texto de Heidegger, mas não tão moderno como se pensa. Ele, que conhecia muito bem Tomás de Aquino, seguramente leu deste a frase: “*Studium philosophiae non est ad hoc quod sciatur quid homines senserint, sed qualiter se habeat veritas rerum*”<sup>7</sup>.

A partir dessa colocação, constata-se que a Filosofia Medieval, situando-se, como o próprio nome diz, entre dois períodos – o antigo e o moderno – precisa, por isso, estabelecer dois tipos de diálogo.

### 2.3.1. O Diálogo com o passado

Não foram os medievais que “descobriram” a Filosofia. Isso coube aos gregos. Mas não foi com os gregos que eles apreenderam a fazer Filosofia: seus primeiros professores foram os árabes, principalmente Avicena, de quem conheceram o *Liber de Philosophia prima sive Scientia divina* meio século

<sup>5</sup> J. A. MAC DOWELL, “A missão da Filosofia hoje”, *Sapere Aude* 1/1 (2009) 11-34.

<sup>6</sup> M. HEIDEGGER, *Was ist das - die Philosophie?*, Pfullingen, Neske, 1956, p. 31, *apud* J. Mac Dowell, “A missão da Filosofia hoje”, p. 20.

<sup>7</sup> S. TOMÁS, *De caelo et mundo*, lect. 22, n. 8: “O estudo da Filosofia não se destina a saber o que os homens pensaram, e sim para conhecer a verdade das coisas”.



antes que a *Metaphysica* de Aristóteles tivesse uma tradução completa –aliás do árabe– feita por Miguel Scotus. Mas, tão logo aprenderam a filosofar, perceberam que Aristóteles era “O Filósofo”, e passaram a lê-lo e comentá-lo com sofreguidão, e a citá-lo como a nenhum outro (nas obras de Tomás de Aquino, Duns Scotus e Ockham, por exemplo, encontram-se mais citações de Aristóteles que de Agostinho).

Contudo, eles não foram servis. Concederam a última palavra à razão, não ao pensador, e por isso não hesitaram em dele discordar, quando preciso. Até mesmo os ‘aristotélicos’ professores da Faculdade de Artes se mantiveram nesta linha, e Siger de Brabante dizia: “Aristóteles, embora tenha sido grande, pode ter errado em muitos casos”<sup>8</sup>. Eles não fizeram cerimônia fúnebre em memória do grande filósofo. Pelo contrário, o ressuscitaram, fizeram-no falar novamente, obrigaram-no a discutir problemas que não foram os dele.

Tomemos um exemplo. Tomás de Aquino comentou 12 obras aristotélicas e o citou como ninguém. Por isso, para muitos ele foi um aristotélico puro, pouco mais que um repetidor de Aristóteles. Ledo engano. A leitura superficial, e/ou o preconceito impedem um julgamento reto. Começamos dizendo que Tomás foi, provavelmente, o maior conhecedor de Aristóteles de todos os tempos. Basta comparar comentários dele ao Filósofo, com os dos muitos que se sucederam, principalmente nos últimos dois séculos. Estes, sem dúvida, dispõem de um aparato técnico muito mais aperfeiçoado e trabalham com o texto grego, não com o latino. Mas há uma distância abissal entre o filósofo Tomás de Aquino, pensador do estofo de Aristóteles, e os modernos, cujo trabalho nem por isso é despiciendo. Um estudo recomendável a respeito da independência do Aquinate ante o Estagirita, é o texto de J. Owens “Aristotle and Aquinas”, no *Cambridge Companion to Aquinas*<sup>9</sup>. O autor mostra como Tomás, usando a terminologia aristotélica, cria sua própria Filosofia, bem diferente da do pensador grego, dizendo coisas que aquele jamais teria admitido. Assim, por exemplo, e não mais estou citando Owens, valendo-se do binômio forma/matéria, Tomás diz que, conforme o Filósofo, a forma determina a matéria e, por isso, a forma primeira dá à matéria sua primeira determinação, que é a existência. Ao ouvir isso, Aris-

---

<sup>8</sup> S. DE BRABANTE, *Quaestiones in Metaphysicam* (W. Dunphy ed., Louvain, Inst. Sup. De Philosophie, 1981, p. 44): “[...] Philosophus quantumcumque magnus in multis possit errare”.

<sup>9</sup> J. OWENS, “Aristotle and Aquinas”, in N. Kretzman e E. Stumpf (eds.), *The Cambridge Companion to Aquinas*, Cambridge, CUP, 1993, pp. 36-59.

tóteles deve ter-se remexido no túmulo: para ele a matéria era eterna, esteve sempre aí, e jamais lhe passaria pela cabeça que alguém, valendo-se de seus conceitos, tirasse da cartola, dentro da mais perfeita lógica, a conclusão de que a matéria teve alguém ou algo - que a colocou na existência.

Tenhamos, porém, presente que os medievais, ao contrário do que muitas vezes acontece na modernidade, tinham em alta consideração os grandes nomes do passado, que tomavam como *auctoritates*. Por isso, não costumavam contradizer frontalmente pensadores como Agostinho e Aristóteles. Caso discordassem deles, a solução era dar uma interpretação benévola ao texto, ou dizer que, mais que o significado aparente das palavras, dever-se-ia procurar intenção de quem redigira. Já citei alhures o caso interessante de Duns Scotus ante Henrique de Gand. Ao perguntar-se sobre a certeza de nosso conhecimento, o frade escocês se deparou com a doutrina de Henrique que, arrolando para tanto a autoridade de Agostinho, dizia que nosso conhecimento obtém sua garantia graças à iluminação divina. Scotus contradiz seu antecessor, e com argumentos arrasadores mostra que a teoria da iluminação leva não à certeza, mas ao ceticismo. E para que a crítica não atingisse também o bispo de Hipona, a solução foi separar os dois autores, dizendo que Henrique não compreendeu a *intentio* de Agostinho. Ora, Henrique compreendera muito bem Agostinho, mas, pensava Scotus, alguém teria coragem de contradizer frontalmente o Bispo de Hipona? Tomás de Aquino, por sua vez, é acusado de, em diversos casos, tender para certas formas de concordismo que não se sustentam. Isso não significa, porém, que, para os medievais, nomes como Aristóteles e Agostinho se tenham transformados em vacas sagradas. Eles sabiam tanto desculpar Aristóteles, por provir de um mundo cultural onde não havia espaço para um Deus criador e para a providência divina –e, por isso, também para a contingência–, como sabiam discordar abertamente de Agostinho, embora dentro de todo o respeito de que este era digno, como bem o demonstra Gilson<sup>10</sup>.

Resumindo: sem os medievais é difícil dizer o que teria sido do pensamento grego. Talvez o viéssemos a conhecer como peça de museu. Dois autores, Pico della Mirandola e Desidério Erasmo, não eram de entoar loas à Idade Média; Erasmo dizia mesmo que gostaria de queimar todos os livros dos medievais, com exceção dos de São Bernardo, devido ao péssimo latim

---

<sup>10</sup> Cf. a respeito: E. GILSON, *Pourquoi Saint Thomas a critiqué Saint Augustin*, Paris, Vrin, 1986 (ed. Brasileira: *Por que São Tomás de Aquino criticou Santo Agostinho - Avicena e o ponto de partida de Duns Scotus*, São Paulo, Paulus, 2010).

deles. Pois bem, ambos disseram do Aquinate –e poderiam ampliar para os demais medievais– que “sem Tomás Aristóteles seria mudo”<sup>11</sup>.

### 2.3.2 O diálogo com o presente

Ser filósofo medievalista é, porém, acima de tudo, trazer os pensadores medievais para o diálogo com a Filosofia de nosso tempo.

Nos séculos XII e XIII aconteceu o que se chamou de *Zweiter Anfang der Metaphysik*, ‘o segundo início da Metafísica’. Ela, a Metafísica, e com ela a Filosofia em geral, foi então redescoberta e jamais voltou a hibernar. Há, pois, uma sequência dentro do pensamento ocidental, que vem da Idade Média até nossos dias. Assim, por exemplo, em uma conhecida obra, cujo título, em português, soa: *Ciência transcendente - A determinação formal da entidade e da realidade na Metafísica da Idade Média e da Modernidade*<sup>12</sup>, L. Honnefelder mostra como há um contínuo na compreensão da Filosofia como ciência transcendente que, partindo de Duns Scotus, e passando por Suárez e Wolf, chega a Kant e Peirce. Ora, falar em continuidade não significa dizer que Kant ou Peirce foram meros repetidores de Duns Scotus ou Suárez, mas sim que ninguém cai de paraquedas na Filosofia; Kant teve antecessores, aos quais é devedor, como o tiveram Duns Scotus e Tomás de Aquino, bem como Galileu e Newton, e nem por isso eles deixaram de ser os gênios que foram.

Esse diálogo diacrônico, esse trazer para o debate filosófico atual os pensadores medievais é, como disse, a função precípua do Filósofo medievalista. A tarefa exige dele que se mantenha afastado de dois extremos: de um lado, a posição dos que tomam o passado medieval como algo sobre o qual não vale a pena se debruçar. De outro lado, o dogmatismo estéril daqueles para os quais nos autores medievais já se encontrava, e de modo mais perfeito, tudo o que bom os filósofos modernos haveriam de dizer. Nos medievais se encontraria a verdadeira Filosofia, livre dos desvios introduzidos pela Modernidade. A grande vítima desta a-historicidade foi, sem dúvida, Tomás de Aquino, que teve a pouca sorte de ser declarado doutor oficial da Igreja Católica. A partir do final do século XIX o Neotomismo e a Neoesco-

---

<sup>11</sup> Cf. J. PIEPER, *Thomas Von Aquin - Leben und Werk*, München, DTV, 1981, p. 57. O texto de Pico della Mirandola é tomado de M. GRABMANN, *Mittelalterliches Geistesleben*, 2, München, Hueber, 1936, p. 85. O texto de Erasmo provém de M.-D. CHENU, *Introduction à l'Étude de Saint Thomas d'Aquin*, Paris, Vrin, 1950, p. 43.

<sup>12</sup> L. HONNEFELDER, *Scientia transcendens - Die formale Bestimmung der Seiendheit und Realität in der Metaphysik des Mittelalter und der Neuzeit*, Hamburgo, Meiner, 1990.

lástica, em grande parte, e sob os auspícios da Igreja Católica, procuraram atribuir a ele um papel cultural determinante, identificando sua Filosofia como sendo algo como um “pensamento natural” e sua Teologia como a tradição teológica da Igreja *tout-court*<sup>13</sup>. Foi com esse Tomás oficial e mumificado que se combateu o Modernismo, como foi dele – ou pressupostamente dele – que se extraíram as famosas “24 Teses”, impostas aos seminários como o verdadeiro tomismo. E aqui, e sobre isso, permitam-me narrar um fato. Nossa colega, a Profa. Celina Lértora Mendoza, foi à Europa no final da década de 1980, e lá assistiu a dois congressos – de início, um sobre santo Tomás e, depois, outro sobre Marx (este, por sua vez, declarado o doutor oficial dos partidos comunistas e das esquerdas em geral). Encontrando-me depois com ela, comentou: “Os dois congressos foram idênticos, trocando somente o nome do autor estudado. A mentalidade dos presentes era a mesma. Não houve nada de novo, apenas repetição atemporal do que sempre se diz”.

Fazer Filosofia é dialogar com os filósofos, sabendo que os problemas que hoje enfrentamos são, em parte, diferentes daqueles de outrora, mas que é possível fazer com que os pensadores do passado, também Tomás e Marx, sejam trazidos ao diálogo, levantem dos seus túmulos, e falem conosco, sem com isso tratá-los como modernos, e sem tentar tratar os modernos como medievais. Esse diálogo exige, por um lado, que os medievalistas conheçam a Filosofia Contemporânea, como, por outro lado, que os contemporâneos conheçam a Filosofia Medieval, mas isso nem sempre acontece. Além disso, na Filosofia atual nem tudo são flores. Se há grandes estudos em diversas áreas, como, por exemplo, em Lógica e em Filosofia da Linguagem com seus múltiplos desdobramentos, se há um frutuoso debate entre Ciência e Filosofia, contudo, existe também a ‘Filosofia da moda’, dita de coisas um tanto estranhas, com “Filosofia da Mulher”, “Filosofia da Cidade” e, talvez, em breve tenhamos também “Filosofia da cor do esmalte para unhas” e “Filosofia do Futebol”.

Citemos alguns exemplos de contemporâneos que se voltam para o pensamento medieval. Charles S. Peirce foi dos grandes filósofos da virada do século XIX para o século XX, tendo deixado um vasto legado que percorre quase todas as áreas da Filosofia. Pois bem, ele soube dialogar com Duns Scotus, de quem se valeu como poucos<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> G. BINOTTO, “Riferirsi a Tommaso d’Aquino?”, in A. Ghisalberti (ed.), *Mondo, Uomo, Dio - Le ragioni della Metafisica nel dibattito filosofico contemporaneo*, Milano, Vita e Pensiero, 2010, pp. 330-331.

<sup>14</sup> Cf., por exemplo, J. BOLER, *Charles Peirce and scholastic realism, a study of Peirce’s relation to John Duns Scotus*, Seattle, University of Washington Press, 1963.

M. Heidegger perfila-se entre os conhecedores do pensamento medieval, embora nem sempre a gente o perceba. Aliás, quem na Alemanha fez tese de doutorado sobre obra de autor medieval, certamente possuía bons conhecimentos a respeito da Filosofia daqueles tempos. Dele veja-se, por exemplo, no livro *Os conceitos fundamentais da Filosofia*, o capítulo sobre a origem e história da palavra “metafísica”, onde transita com facilidade entre Aristóteles, Tomás de Aquino e Suárez<sup>15</sup>.

Tomás de Aquino tem sido trazido à baila por diversos autores, como Anthony Kenny, Elizabeth Anscombe e Peter Geach, para os quais parece haver mais proximidade entre Wittgenstein e Tomás que entre Wittgenstein e os modernos, como Descartes e Kant. Quem diz isso é Roger Pouivet, ele mesmo autor de uma obra na qual convoca Tomás de Aquino para debater com diversos contemporâneos a respeito de internalismo, externalismo, atos mentais etc. O título não deixa de ser interessante e resume tudo: *Depois de Wittgenstein, Santo Tomás*<sup>16</sup>. Aliás, já que mencionamos Wittgenstein, convém recordar o apreço que teve por Agostinho, que, para ele, foi o maior pensador de todos os tempos.

Algo semelhante acontece com os lógicos e filósofos da linguagem, principalmente os britânicos e americanos, que se voltaram para Ockham e descobriram que ele é um excelente parceiro de diálogo e, por vezes, também um velho mestre com quem se tem muito a apreender.

Indo na direção inversa, isto é, dos medievalistas para os contemporâneos, entre tantos textos surgidos exterior, remeto a um recentemente publicado na Itália e na nota acima referido: *Mondo Uomo Dio*. O livro se volta, como o próprio subtítulo indica, à questão da Metafísica no pensamento contemporâneo, e procura, como diz o coordenador no Prefácio, mais os aspectos positivos do que a crítica. Alguns artigos são excelentes modelos de diálogo entre o pensamento medieval e a atualidade. Cito entre eles: “Dal trascendentalismo metafísico alla metafisica transcendentale”, de Alessandro Ghisalberti; “Per una determinazione della natura antropologica dell’ontologia”, de Massimo Marassi; “Per una riabilitazione del discorso metafísico nell’epoca delle tecnoscienze”, de Adriano Pessina<sup>17</sup>; além do artigo “Riferirsi a Tommaso d’Aquino”, de Giovanni Binotto, acima mencionado.

---

<sup>15</sup> M. HEIDEGGER, *Os conceitos fundamentais da Metafísica*, Rio de Janeiro, Forense, 2006, pp. 30-69.

<sup>16</sup> R. POUIVET, *Après Wittgenstein*, Saint Thomas, Paris, PUF, 1997.

<sup>17</sup> Respectivamente, pp. 3-25; 27-49; 227-244.

E, para concluir, e voltando-me ao Brasil, apresento alguns casos desse trabalho de diálogo diacrônico conhecidos entre nós, brasileiros. Não me adentro pelo trabalho dos colegas argentinos para evitar a crítica posterior de que deixei de mencionar alguém. E também sei que há outros brasileiros, ou que publicaram no Brasil, que não serão aqui mencionados. Recordo, em primeiro lugar, a obra do saudoso Pe. Henrique Cláudio de Lima Vaz. Nela percebe-se o diálogo que ele promove de Tomás de Aquino (e os medievais) com os antigos (dando a Platão um lugar privilegiado) e os modernos (entre os quais pontifica Hegel). Condivido a opinião daqueles que tomam esse sacerdote jesuíta como tendo sido o maior, ou um dos maiores, filósofo brasileiro.

Outro exemplo é o artigo publicado por outro saudoso amigo, Antônio P. Estévez, na revista *Veritas*, mostrando a afinidade entre Heidegger e Duns Scotus em questões fundamentais como as doutrinas das categorias e da significação, da relação entre *haecceitas* e *Dasein*, entre “ser possível” e “possibilidade de ser”, na questão de “pensamento e linguagem”, etc.<sup>18</sup>

Em 2008, comemorando o sétimo centenário da morte de Duns Scotus, os escotistas lusófonos publicaram um volume<sup>19</sup>, no qual destaco alguns trabalhos que trazem Scotus ao diálogo com a modernidade. “A falácia de petição de princípio em Duns Scotus”, de Guilherme Wyllie, e “Duns Scotus e os universais lógicos na Quaestiones in Porphyrii Isagogem”, de Carlos Eduardo N. Loddo<sup>20</sup>, voltam-se para problemas atuais de Lógica e Filosofia da Linguagem. “A Teologia e seu método em Duns Scotus”, de Sinivaldo F. Tavares<sup>21</sup>, aproxima o modelo de pensamento scotista ao *pensiero debole* de Gianni Vattimo. “Duns Scotus sobre a credibilidade das doutrinas contidas nas Sagras Escrituras”, de Roberto Pich<sup>22</sup>, trata de um tema epistemológico presente nos estudos contemporâneos de Filosofia da Religião, qual seja o do valor de verdade dos argumentos baseados na Sagrada Escritura.

<sup>18</sup> A. PÉREZ-ESTÉVEZ, “De Duns Escoto a Martin Heidegger”, *Veritas* 53/3 (2008) 74-90. Diga-se, de passagem, que Heidegger foi grande conhecedor do pensamento medieval, como se pode constatar em sua volumosa obra.

<sup>19</sup> L. A. DE BONI (org.), João Duns Scotus - 1308-2008, Porto Alegre/Bragança Paulista, EST/EDUSF, 2008. Para mim é pungente recordar esta obra, na segunda página da qual consta: “In memoriam de Pedro Parcerias e Antonio Pérez-Estévez. Entre o convite para participar do presente volume e a preparação do mesmo para edição, eles partiram para melhor vida”. E eu mesmo, preso ao leito, fiz boa parte da revisão dos textos.

<sup>20</sup> L. A. DE BONI (org.), *João Duns Scotus*, pp. 15-24 e 25-82, respectivamente.

<sup>21</sup> L. A. DE BONI (org.), *João Duns Scotus*, pp. 83-107.

<sup>22</sup> L. A. DE BONI (org.), *João Duns Scotus*, pp. 125-155.

“A questão da Onto-Teologia e a Metafísica de Duns Scotus” de Joaquim Gonçalves Cerqueira<sup>23</sup>, já no título está a indicar que se trata de um estudo comparativo entre Scotus e Heidegger. Menciono, enfim, “Duns Scotus e o conceito heterogeológico de Tempo”, onde Pedro Parcerias<sup>24</sup>, traz para o diálogo acadêmico com o frade escocês, além dos medievais, também antigos, como Aristóteles e Boécio, e os modernos W. Leibniz, I. Kant, P. Curie, A. F. Möbius e A. N. Whitehead, entre outros.

A Filosofia Medieval será de fato Filosofia, na medida em que nós, os medievalistas, a trouxermos para o diálogo com a Filosofia Contemporânea. Esse é o nosso grande desafio.

Luis Alberto DE BONI

---

<sup>23</sup> L. A. DE BONI (org.), João Duns Scotus, pp. 175-185.

<sup>24</sup> L. A. DE BONI (org.), João Duns Scotus, pp. 253-280.

